

## NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

### AMAL avalia possibilidade de Plano Juncker no Algarve

**A AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve recebeu o Banco Europeu de Investimento (BEI) para uma apresentação do Plano de Investimento Juncker aos municípios algarvios. Neste encontro foram analisadas as inúmeras modalidades de financiamento do plano, nomeadamente do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, com vista a investimentos públicos na região do Algarve. A AMAL vai avaliar a possibilidade de concretizar um plano Juncker de âmbito intermunicipal.**

O Plano de Investimento Juncker é uma resposta política da União Europeia com o objetivo de criar investimento, através da aplicação de financiamentos e assume duas componentes – o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) para empréstimos diretos ou intermediados e sistemas de garantias e partilha de risco para os setores público e privado.

Os setores do ambiente, infraestruturas, inovação e as PME's (Pequenas e Médias Empresas) são prioritários na avaliação das candidaturas, assegurou **Kim Krellgaard**, do Escritório de Representação do Grupo BEI, e o financiamento apresenta "taxas de juros muito baixas com longos períodos de retorno (20 a 30 anos), o que torna muito atrativo o recurso a este tipo de apoio ao investimento público e privado", garantiu.

Mediante a mobilização de recursos financeiros e da tentativa de aproximar o financiamento do investidor, através da criação de ferramentas de comunicação facilitadoras e da agilização dos procedimentos, o FEIE oferece condições para aplicar recursos do orçamento comunitário em situações consideradas de risco.

A Comunidade Intermunicipal do Algarve vai promover uma primeira avaliação junto dos municípios, segundo o seu Presidente, Jorge Botelho, "no sentido de perceber em que medida se pode reunir um conjunto de projetos, com um valor superior a 50 milhões de euros, em áreas como a mobilidade e transportes, da energia e das infraestruturas urbanas, para se avançar para um financiamento através da linha BEI". Essa avaliação para além das intenções de investimento deve estudar a figura jurídica de assegure uma candidatura comum a nível regional.

O Plano Juncker ambiciona mobilizar cerca de 315 mil milhões de euros, até ao ano de 2018, quando termina o período de vigência do plano, o qual se pretende alargar até 2020.

A sessão que teve lugar na sede da AMAL, em Faro, contou ainda com a presença de **João Faria**, em representação da Comissão Europeia em Portugal e **Catarina Dantas Machado**, European Semester Officer, bem como do Presidente da CCDR, Francisco Serra.